

# Arquivos Judiciais da Escravidão no Vale do Paraíba Fluminense

RELATÓRIO FINAL DO PROJETO

---

Rio de Janeiro, setembro de 2025



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**MPF**  
Ministério Público Federal





# Sumário

Apresentação | **7**

Contexto Histórico: O Vale da Escravidão | **8**

Visitas Técnicas aos Arquivos | **10**

Rio Claro | **11**

Barra Mansa | **11**

Vassouras / Paty do Alferes | **12**

Piraí | **13**

Resende | **14**

Doação de Equipamentos | **15**

Publicação de Obra Coletiva: História dos Escravizados | **16**

Exposição no Museu da Justiça | **17**

Seminário Final do Projeto | **18**

Análise Geral e Considerações | **19**

Encaminhamentos | **22**

Equipe do Projeto | **23**







**IMAGEM 1:** Rudolph Shlicht, Planta da Província do Rio de Janeiro, 1830, coleção Teresa Cristina Maria (Biblioteca Digital Luso-Brasileira)

# Apresentação

**E**ste relatório sistematiza os resultados do projeto Arquivos Judiciais da Escravidão no Vale do Paraíba Fluminense, uma parceria entre o Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Rio de Janeiro (MPF) e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). O objetivo central do projeto foi identificar, mapear e contribuir para a preservação e difusão dos processos judiciais relacionados à escravidão e à liberdade de pessoas negras no Brasil do século XIX, depositados nos arquivos do próprio Tribunal de Justiça e também em Municípios do Vale do Paraíba fluminense.

O trabalho foi motivado pela constatação, das duas instituições, de que parte significativa dessa documentação histórica encontra-se sob a guarda de prefeituras municipais, em condições variadas de preservação e organização, dificultando o acesso de pesquisadores e comprometendo a memória histórica do período da escravidão.

O projeto está dividido em três partes: a) identificação dos Municípios onde há arquivos judiciais e visita aos respectivos acervos, além daqueles depositados no

Arquivo Central do Tribunal de Justiça, localizado no bairro de São Cristóvão, e no Museu da Justiça; b) doação de equipamentos para possibilitar a conservação e digitalização dos acervos mantidos nos Municípios de Piraí e Rio Claro, com recursos obtidos pelo MPF; c) organização de livro, exposição e seminário voltados à divulgação de histórias de pessoas escravizadas no Vale do Paraíba, registradas em processos judiciais.

Os trabalhos foram desenvolvidos no período de dezesseis meses, entre maio de 2024 e setembro de 2025. Participam do projeto, pelo MPF, o Núcleo do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Procuradoria da República no Rio de Janeiro e a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural), e, pelo TJRJ, o Museu da Justiça, o Serviço de Acervo Textual, Audiovisual e de Pesquisas Históricas (SEATA), o Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional (DECCO) e o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos/Divisão da Gestão de Documentos (DEGEA/DIGED).

# Contexto Histórico

## O VALE DA ESCRAVIDÃO

No século XIX, o Vale do Paraíba Fluminense destacou-se como um dos principais polos da economia escravista no Brasil. A região, estrategicamente localizada entre o Rio de Janeiro e São Paulo, tornou-se epicentro da expansão cafeeira imperial, marcada por um modelo de plantations altamente dependente da mão de obra escravizada. A paisagem da região foi moldada por grandes propriedades rurais e uma aristocracia agrária que acumulava riqueza, poder político e prestígio social — sustentados pela exploração intensiva do trabalho escravo.

Embora o tráfico transatlântico de africanos tenha sido oficialmente proibido pela Lei Feijó, de 1831, a legislação permaneceu amplamente ineficaz por décadas. No Vale do Paraíba, como em outras regiões do Império, persistiu a entrada clandestina de africanos escravizados, em articulação com redes locais e internacionais de tráfico ilegal. Estudos indicam que uma parcela significativa dos cativos presentes nas fazendas da região durante as décadas de 1830 a 1850 havia sido ilegalmente importada, em flagrante descumprimento da legislação brasileira e dos tratados internacionais firmados pelo país.

A região foi, assim, palco de uma profunda contradição entre o ordenamento jurídico e a prática social e econômica. Essa tensão manifesta-se em inúmeros processos judiciais preservados nos arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e em fundos custodiados por prefeituras e instituições locais, sob amparo de convênios firmados com o Tribunal de Justiça. Nesses documentos, é possível identificar ações de liberdade, acusações de tráfico ilegal, litígios envolvendo cartas de alforria, e conflitos entre escravizados e senhores, crimes envolvendo escravizados como autores e réus, entre outros — vestígios concretos da luta por direitos e da resistência à escravidão.

A documentação judicial do Vale do Paraíba Fluminense constitui, portanto, uma fonte privilegiada para a compreensão das dinâmicas do cativeiro, da ilegalidade escravista e das estratégias jurídicas mobilizadas pelos próprios escravizados ou por seus defensores. Preservar e estudar esses arquivos é não apenas um dever de memória, mas também um instrumento fundamental para compreender os fundamentos históricos da desigualdade racial no Brasil contemporâneo.



**IMAGEM 2:** Marc Ferrez, Escravos em terreiro de uma fazenda de café do Vale do Paraíba, circa 1882, coleção Brasileira Fotográfica (IMS)

# Visitas Técnicas

## AOS ARQUIVOS

Previamente às visitas, as instituições envolvidas definiram que a área de abrangência do projeto incluiria trechos do litoral sul fluminense, além do Vale do Paraíba no trecho fluminense. O MPF expediu ofícios aos Municípios de Paraíba do Sul, Resende, Piraí, Barra do Piraí, Rio Claro, Valença, Barra Mansa, Mangaratiba, Paraty, Angra dos Reis, Rio das Flores, Itaguaí e Vassouras, solicitando informações a respeito da guarda de acervos da Justiça. Em resposta, os Municípios de Vassouras, Piraí, Resende, Rio Claro e Barra Mansa afirmaram deter arquivos relacionados ao Poder Judiciário. Os demais Municípios declararam não manter arquivos de processos judiciais do período pesquisado.

Foram programadas, então, visitas técnicas a estes cinco Municípios, com inspeção direta dos locais de guarda, levantamento da situação física e técnica dos acervos, entrevistas com os responsáveis locais e aplicação de roteiro-padrão de vistoria. As visitas ocorreram entre os meses de maio de 2024 e maio de 2025. As informações foram consolidadas em relatórios individuais e planilha-síntese para análise comparada.

Durante as visitas, também foram prestadas orientações básicas quanto à organização arquivística dos acervos com vistas à constituição de fundos documentais de acordo com a tabela de fundos documentais do TJRJ.

Apresentamos a seguir uma síntese das visitas:



**IMAGEM 3:** Visita técnica ao Arquivo Municipal de Piraí

## Rio Claro

**DATA DA VISITA:** 29/05/2024

**LOCAL DA VISITA:** Casa de Cultura de Rio Claro

**RESPONSÁVEL LOCAL:** Nikson Salem

A instituição celebrou convênio formal com o TJRJ em 2004, mas não vinha cumprindo o escopo acordado. Anteriormente à visita da equipe do projeto, o acervo foi transferido de local inadequado para a Casa de Cultura, onde se encontra em melhores condições, mas ainda sem higienização completa, digitalização ou instrumentos de pesquisa adequados. Há cerca de 500 caixas-arquivo com processos judiciais no local. O município demonstrou interesse em renovar o convênio com o TJ e investir na infraestrutura, inclusive destinando a futura Biblioteca Digital para esse fim. Há uma historiadora responsável pelo início da organização dos metadados do acervo.

Para retomada do convênio, foi aprovado novo plano de trabalho das tarefas a cargo do município, que inclui higienização, digitalização e a disponibilização do acervo a pesquisadores, cujo processo SEI encontra-se em andamento.

## Barra Mansa

**DATA DA VISITA:** 27/08/2024

**LOCAL DA VISITA:** Centro Cultural - Fazenda da Posse

**RESPONSÁVEL LOCAL:** Nikson Salem

O acervo estava acondicionado em sala de aproximadamente 30m<sup>2</sup>, sem climatização, mas com ventilação natural adequada. Foram identificadas cerca de 210 caixas com processos do século XIX e 135 livros



**IMAGEM 4:** Acervo de Rio Claro



**IMAGEM 5:** Acervo de Barra Mansa (posteriormente transferido para o Arquivo do TJ)



**IMAGEM 6:** Acervo de Vassouras

de registros. Fora elaborada uma planilha Excel com aproximadamente 3.000 processos indexados. A higienização básica já havia sido realizada anteriormente, mas não havia controle de temperatura nem digitalização. Os pesquisadores eram atendidos informalmente, e não havia registro sistemático dos atendimentos.

Tendo em vista que a Prefeitura de Barra Mansa não mantinha convênio com o Tribunal de Justiça para a guarda do acervo judicial e manifestou interesse em não continuar armazenando os documentos, o Tribunal de Justiça promoveu, em 03 de dezembro de 2024, o recolhimento de aproximadamente 450 caixas-arquivo (tipo 01) da Comarca, para incorporação ao Arquivo Central do Tribunal. A documentação foi devidamente avaliada pelo Arquivo Central, por meio da Divisão de Gestão de Documentos (DIGED), que identificou um total de 4.603 processos classificados como de guarda permanente, 5.649 processos destinados à guarda intermediária e 119 processos administrativos, todos registrados no sistema ARQGER.

Com o objetivo de ampliar a acessibilidade e garantir a preservação digital, está previsto o processo de digitalização da documentação, que será posteriormente disponibilizada no sistema AtoM-Rio. Esse sistema poderá ser acessado por meio da página institucional do TJRJ, permitindo a consulta por pesquisadores e demais interessados.

## Vassouras / Paty do Alferes

**DATA DA VISITA:** 11/10/2024

**LOCAL DA VISITA:** Escritório Técnico do IPHAN - Médio Paraíba

**RESPONSÁVEIS LOCAIS:** Ivan Mascarenhas e Almir Oliveira

Em razão de obras no escritório local do IPHAN, o acervo está abrigado provisoriamente em imóvel sem climatização e com iluminação precária. Foram identificadas 882 caixas com cerca de 14.700 autos judiciais e 672 livros de registro. O atendimento aos pesquisadores está ocorrendo em outra construção, localizada a poucos metros do local de guarda. A recuperação da informação se dá por planilha Excel de indexação. Parte do acervo foi organizada e digitalizada anteriormente, mas houve perda de dados por falhas no HD. O prédio definitivo (Palacete do Barão de Ribeirão) está com obras paralisadas há anos. Há promessa de retomada, mas sem prazo definido.

Posteriormente à visita, os servidores do Iphan informaram que a previsão de conclusão das obras do Palacete é novembro de 2025, com retorno do acervo em fevereiro de 2026, e recomposição de equipe técnica. A instituição possui convênio formal com o TJRJ.

## Piraí

**DATA DA VISITA:** 28/04/2025

**LOCAL DA VISITA:** Arquivo Municipal de Piraí e Casa de Cultura

**RESPONSÁVEL LOCAL:** José Maria Campos Lemos

A visita técnica ao Município de Piraí foi realizada com inspeções na Secretaria Municipal de Cultura (Casa de Cultura) e no Arquivo Municipal, localizado na Rua Bulhões Carvalho, bairro Casa Amarela. Em razão de obras no prédio principal do Arquivo, os serviços de digitalização e atendimento a pesquisadores vinham sendo provisoriamente realizados na Casa de Cultura, em ambiente limpo, iluminado e organizado.



**IMAGEM 7:** Acervo do Município de Piraí

Graças a recursos de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o MPF, o município adquiriu recentemente um scanner planetário Metis Gama, de alta resolução, que tem possibilitado a digitalização eficiente do acervo. Entre fevereiro e abril de 2025, foram digitalizadas 33 caixas, totalizando 181 processos judiciais. Ao todo, o acervo judicial reúne 315 caixas com aproximadamente 8.000 autos de processos cíveis e criminais datados entre 1810 e 1960.

O acervo está acondicionado em caixas polionda e estantes de aço. Não há climatização no local, mas as condições gerais de guarda são adequadas. A equipe do Arquivo Municipal é composta por um historiador, uma funcionária da prefeitura e oito bolsistas da UNIRIO, vinculados ao projeto de extensão “O Vale do Paraíba em fontes primárias”.

## Resende

**DATA DA VISITA:** 22/05/2024

**LOCAL DA VISITA:** Arquivo Histórico Municipal

**RESPONSÁVEL LOCAL:** Ângelo Márcio de Paula

A visita técnica ao Município de Resende foi realizada em 22 de maio de 2025, tendo como destino a Fundação Casa da Cultura Macedo Miranda e o Arquivo Histórico Municipal. A equipe foi recebida pelo coordenador do Arquivo, Ângelo Márcio de Paula, que relatou que o prédio do Arquivo seria desativado, com previsão de retorno do acervo à sede da Casa de Cultura.

Embora houvesse a expectativa de localizar processos judiciais de valor histórico, não foi identificado nenhum exemplar desse tipo de documento no acervo inspecionado. As caixas abertas pela equipe continham essencialmente documentos administrativos da Câmara Municipal, tais como registros de posse de juízes municipais e ofícios. Tampouco foram localizados livros de registros de juízos locais.

O coordenador do Arquivo se comprometeu a comunicar a equipe do MPF e do TJRJ caso localize documentos judiciais relevantes em futuras triagens. Foram compartilhados os contatos institucionais para continuidade do diálogo.



**IMAGEM 8:** Acervo do Arquivo de Resende

# Doação de Equipamentos

**E**m setembro de 2024, o Ministério Público Federal firmou acordos de cooperação com os municípios de Pirai e Rio Claro, por meio dos quais destinou o montante de R\$ 200 mil, oriundo de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), para a aquisição de equipamentos destinados à preservação documental. Entre os itens adquiridos estão um scanner planetário de alta definição e uma mesa de higienização de documentos, fundamentais para a conservação dos arquivos judiciais de valor histórico sob guarda desses municípios. O objetivo da doação é fortalecer as ações locais de preservação e garantir maior acesso público aos processos judiciais relacionados à escravidão no Vale do Paraíba Fluminense.



**IMAGEM 9:** Scanner planetário de alta definição adquirido com recursos de TAC e doado ao Arquivo de Pirai

# Publicação de Obra Coletiva

## HISTÓRIA DE ESCRAVIZADOS

Como desdobramento do projeto, o MPF e o TJRJ organizaram o livro “O Vale da Escravidão: Histórias de Escravizados nos Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro”. A obra reúne 13 artigos assinados por historiadores e cientistas sociais vinculados a universidades e instituições de pesquisa, além de integrantes das equipes técnicas do Museu da Justiça e do Arquivo Central do TJRJ. Os textos foram elaborados a partir da análise de processos judiciais do século XIX, localizados nos municípios do Vale do Para-

íba Fluminense, e abordam temas como ações de liberdade, revoltas escravas, a ambiguidade da figura jurídica da alforria, o tráfico ilegal de africanos após 1831, e as limitações e possibilidades dos arquivos judiciais como fontes de memória. A publicação representa um marco no esforço conjunto das instituições públicas pela promoção do direito à memória e valorização do patrimônio documental.

Foram impressos 200 exemplares e a versão eletrônica do livro está disponível nos sites do TJ<sup>1</sup> e do MPF<sup>2</sup>.

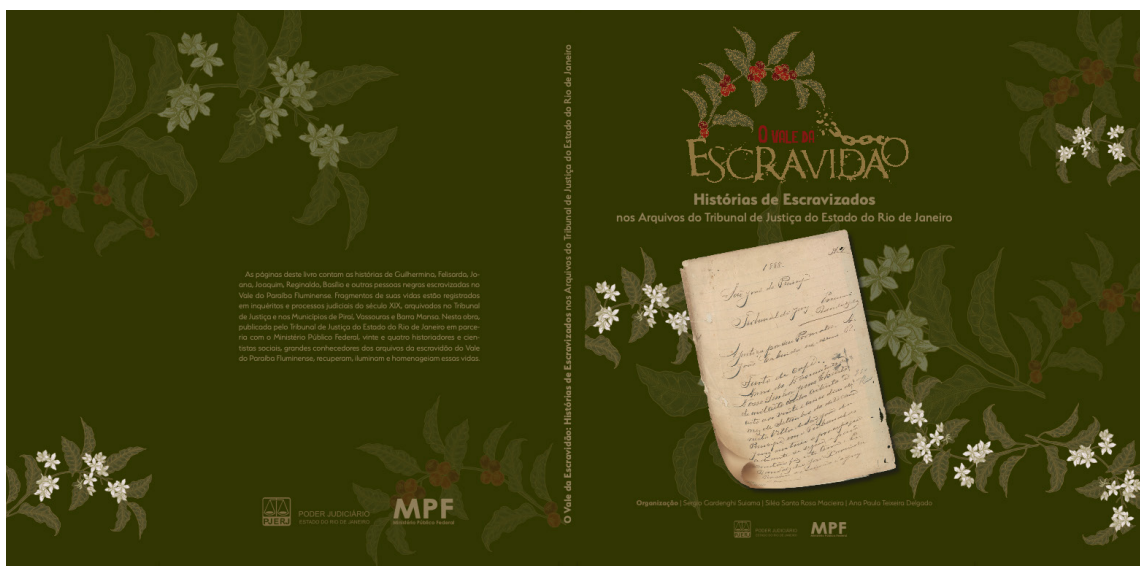


IMAGEM 10: Fac-símile da capa do livro “O Vale da Escravidão”

<sup>1</sup> [https://www.tjrj.jus.br/documents/d/museu/vale\\_da\\_escravidao\\_digital](https://www.tjrj.jus.br/documents/d/museu/vale_da_escravidao_digital)

<sup>2</sup> <https://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/docs/pr-rj/Livro%20Vale%20da%20Escravidao%20DIGITAL.pdf>

# Exposição

## NO MUSEU DA JUSTIÇA

A exposição “O Vale da Escravidão”, fruto do projeto, foi inaugurada em 29 de maio de 2025 no Museu da Justiça, mesmo dia da cerimônia de lançamento do livro. A partir de processos judiciais, mapas e plantas cartográficas, a exposição retrata as relações sociais nas fazendas cafeeiras da região, um dos principais polos da economia escravagista brasileira no século XIX.

Mais do que um debate histórico, a mostra propõe uma reflexão sobre os impactos duradouros da escravidão na

sociedade brasileira e na formação do Estado nacional.

Por meio de documentos restaurados, os visitantes têm acesso a histórias e personagens silenciados pela narrativa oficial, mas registrados nos autos de processos judiciais que resistiram ao tempo.

A exposição “O Vale da Escravidão” reafirma o papel do Museu da Justiça como espaço de memória, pesquisa e educação, convidando o público a refletir sobre as raízes das desigualdades sociais que ainda persistem no Brasil.



**IMAGEM 11:** Inauguração da exposição

# Seminário Final do Projeto

Nos dias 23 e 24 de setembro de 2025, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro promovem o seminário “Histórias de Escravizados nos Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro”. O evento foi realizado no Auditório da Procuradoria da República e no Museu da Justiça — e reuniu pesquisadores, magistrados, servidores públicos, estudantes e representantes da sociedade civil.

O seminário teve como objetivos principais: difundir e compartilhar o conhecimento produzido no âmbito do Projeto “Arquivos Judiciais da Escravidão no Vale do Paraíba Fluminense”, contribuir para a preservação e o acesso aos acervos judiciais relativos à escravidão negra, e fortalecer a memória institucional do Poder Judiciário Fluminense.

Durante os dois dias de atividades, foram realizadas conferências, mesas temáticas, oficinas e uma exibição audiovisual, promovendo o diálogo entre a pesquisa acadêmica, a atuação institucional e as demandas da sociedade. Destaque-se, na abertura, o lançamento público do relatório técnico do projeto,

contendo o diagnóstico dos arquivos visitados e propostas de ação.

As conferências de abertura foram feitas pelos professores Mariana MUAZE (História/UNIRIO) e Gustavo SIQUEIRA (Direito/UERJ). As mesas de debate, por sua vez, foram compostas pelos autores dos artigos reunidos no livro “O Vale da Escravidão”.

No seminário também houve a exibição comentada do documentário “Quilombo de Manoel Congo”, de Demerval Netto, e ainda Oficinas práticas, como leitura paleográfica, restauro documental e visita guiada ao Museu da Justiça;

O seminário consolidou a fase de difusão e visibilidade do projeto, reforçando o compromisso institucional com a preservação da memória do regime escravista e com o acesso público a documentos fundamentais para a história da população negra brasileira.

# Análise Final

## E CONSIDERAÇÕES

**A**s visitas evidenciaram a disparidade no tratamento arquivístico dispensado aos acervos judiciais. Embora funcione em sala sem climatização, o Arquivo de Pirai tem seus acervos organizados e parcialmente digitalizados. Rio Claro, por outro lado, está ainda em processo inicial de organização do acervo judicial. Já em Vassouras, os arquivos estão acondicionados em um imóvel alugado, sem maior proteção, aguardando a conclusão das obras do Palacete do Barão de Ribeirão, por parte do IPHAN. Parte da digitalização dos arquivos de Vassouras, feita no passado, se perdeu. Já o acervo que estava em Barra Mansa foi transferido para o Arquivo Central da Justiça, uma vez que a Prefeitura não manifestou interesse em conservar os processos no próprio Município.

Os processos das demais comarcas do Vale do Paraíba fluminense encontram-se acautelados no Arquivo Central do Tribunal de Justiça, no bairro de São Cristóvão. Embora conte com excelente estrutura de armazenamento, o número reduzido de servidores e estagiários e a falta de scanners planetários de alta definição, impedem a digitalização de um

número maior de processos históricos, bem como a inserção dos metadados e das imagens digitalizadas em sistemas de consulta pública, dificultando, deste modo, o acesso de pesquisadores e do público em geral à documentação.

O Museu da Justiça, no Centro do Rio de Janeiro, também guarda valiosos acervos judiciais do Vale do Paraíba Fluminense. Para preservação deste e outros acervos, a instituição já mantém moderno laboratório para conservação de documentos, reserva técnica com monitoramento de temperatura e umidade para guarda do acervo e scanner planetário de alta definição para sua digitalização. O atendimento a pesquisadores é realizado em sala separada, climatizada e monitorada pela equipe. Os processos já digitalizados são disponibilizados virtualmente no portal do Museu, por meio de terminal de consulta para usuários externos.

A aquisição de equipamentos com recursos de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado pelo MPF vem contribuindo significativamente para a melhoria dos processos arquivísticos em Pirai e Rio Claro.

Um ponto a ser enfrentado pela Corregedoria dos Cartórios do Tribunal de Justiça diz respeito à dificuldade de acesso aos livros notariais de valor histórico, mantidos nos Cartórios de Notas. O MPF oficiou, por diversas vezes, aos cartórios de notas de Pirai, solicitando acesso aos livros, mas não obteve nenhuma resposta por parte dos titulares dos órgãos. É importante registrar que tais livros, embora de valor jurídico atual quase nulo, têm imenso valor histórico, por registrarem, por exemplo, documentos de alforria e compra e venda de pessoas escravizadas. Por esse motivo, entendemos altamente recomendável que a Corregedoria de Cartórios do Tribunal de Justiça determine aos titulares dos cartórios que informem a localização e estado atual dos livros de valor

histórico, ao menos aqueles anteriores a 1900, e avalie eventual possibilidade de cessão ou recolhimento dos referidos livros, para fins de preservação e acesso público.

Por fim, entendemos que foi altamente positivo o lançamento da obra “O Vale da Escravidão: Histórias de Escravizados nos Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro”. A publicação representa um marco no esforço conjunto das instituições públicas pela promoção do direito à memória e valorização do patrimônio documental, e foi complementada por exposição e seminário com os autores.

Acreditamos que iniciativa como a deste projeto não apenas poderia, como deveria ser seguida por outros Tribunais de Justiça do país.



IMAGEM 12: Exposição "Vale da Escravidão"

# Encaminhamentos

Por ocasião da conclusão do projeto, a equipe envolvida sugere as seguintes providências:

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Ao Museu da Justiça, que:

- forneça apoio técnico às prefeituras que celebraram convênio de guarda de acervos, com vistas ao tratamento, digitalização e acesso público a estes acervos;
- acompanhe a execução dos planos de trabalhos constantes dos respectivos convênios;
- promova, em caráter contínuo, eventos e publicações para difusão dos acervos relacionados à vida e às lutas de pessoas negras, escravizadas e libertas;
- busque a criação de uma rede colaborativa nacional entre tribunais, universidades, movimentos sociais e centros de memória negra, voltada à pesquisa histórica em arquivos do Poder Judiciário;

- estude a implementação de espaços permanentes de memória nos prédios do Poder Judiciário, com destaque para acontecimentos e personagens históricos ligados à lutas por liberdade e igualdade de pessoas negras, indígenas e outros grupos sociais discriminados.

Ao Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos - DEGEA, que:

- priorize o tratamento de documentos judiciais relacionados à vida e à história de pessoas negras escravizadas e livres, produzidos até 1950;
- estabeleça parcerias com universidades para pesquisas, capacitação técnica, organização e digitalização de acervos;
- proponha ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ a integração das bases de dados dos arquivos da Justiça em um repositório público nacional único;
- estabeleça diretrizes técnicas para o desenvolvimento e implementação de um Repositório Digital Arquivísti-

co Confiável (RDC-Arq), com foco na gestão documental, descrição arquivística, preservação digital e promoção do acesso público aos registros históricos de pessoas negras, escravizadas e livres;

- promova orientações quanto à organização arquivística dos acervos com vistas à constituição de fundos documentais de acordo com a Tabela de Fundos Documentais do TJRJ.

Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

- promova o levantamento, e avalie a possibilidade de recolhimento e preservação dos livros de notas e de registros de títulos e documentos produzidos até o final do século XIX, especialmente os que contenham informações relativas à escravidão e à história de pessoas escravizadas, assegurando: a) sua guarda em arquivos judiciais ou instituições públicas apropriadas, com condições adequadas de conservação; b) a realização de processos de restauração e digitalização, conforme os critérios técnicos arquivísticos vigentes; c) a adoção de medidas que garantam o amplo acesso às informações, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Ao Ministério Público Federal

Ao Núcleo do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, que:

- represente à Procuradoria da República no Município de Volta Redonda, solicitando a atuação do MPF no sentido de zelar pela rápida conclusão das obras do palacete do Barão de Ribeirão, em Vassouras, que abrigará o arquivo judiciário que se encontra na posse do IPHAN;
- acompanhe e fiscalize o cumprimento do Termo de Compromisso celebrado pelo MPF com os Municípios de Piraí e Rio Claro, em relação à organização, digitalização e divulgação do acervo judiciário;
- busque, no âmbito do Inquérito Civil n.º 1.30.001.000297/2024-94, identificar outros acervos documentais relacionados à vida de pessoas negras livres e escravizadas que mereçam proteção e tratamento arquivístico;
- busque obter recursos de TACs e outras fontes para aquisição de equipamentos de higienização e digitalização do arquivo de Vassouras.

À 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, que:

- divulgue a iniciativa deste projeto às Procuradorias da República em outros Estados, a fim de que os procu-

radores avaliem a possibilidade de desenvolverem iniciativas semelhantes com os tribunais locais;

- sugira que a política arquivística do MPF adote critérios de tratamento prioritário a documentos relacionados à história de pessoas negras, indígenas e de outros grupos formadores da Nação;
- sugira aos procuradores naturais que considerem, na celebração de TACs e acordos judiciais, a possibilidade de reverterem recursos para aquisição de equipamentos e materiais para conservação, digitalização e pesquisa de acervos históricos.

# Equipe

## DO PROJETO

### **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**SILÉA SANTA ROSA MACIEIRA**

Diretora do Museu da Justiça

**GILMAR DE ALMEIDA SÁ**

Chefe do Serviço de Acervo Textual, audiovisual e de pesquisas Históricas do Museu da Justiça

**VANESSA ALVES PINHEIRO**

Pesquisadora em História do Museu da Justiça

**GILBERTO DE SOUZA CARDOSO**

Diretor da Divisão de Gestão de Documentos do Arquivo Central (DEGEA)

**MARCUS VINÍCIUS DOMINGUES GOMES**

Diretor do Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional (DECCO)

### **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO

**SERGIO GARDENGHI SUIAMA**

Procurador da República (22º Ofício - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural)







PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**MPF**  
Ministério Público Federal